



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025  
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

## **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/2025 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

## **ANEXO 11 – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**

## **REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**

### **1. DEFINIÇÃO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA:**

- 1.1. Plataforma integrada pela SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO e pela SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS, que dão sustentação aos seguintes processos de trabalho do PODER CONCEDENTE:
  - 1.1.1. Organização das operações de remoção de veículos em vias urbanas e rodoviárias, integrando o AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, PODER CONCEDENTE, CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR (COPOM, COI e outras centrais envolvidas) e a CONCESSIONÁRIA;
  - 1.1.2. Remoção do veículo do local da operação até o PÁTIO da CONCESSIONÁRIA;
  - 1.1.3. Custódia do veículo recolhido no PÁTIO da CONCESSIONÁRIA até a sua restituição ao CIDADÃO-USUÁRIO ou ao ARREMATANTE dele em leilão;
  - 1.1.4. Preparação do veículo em custódia para leilão;
  - 1.1.5. Execução do leilão do veículo em custódia;
  - 1.1.6. Atividades pós-leilão que incluem a prestação de contas dos valores obtidos no leilão, ressarcimento de gastos preparatórios do leilão, ressarcimento de gastos com remoção do veículo leilado, ressarcimento de gastos com custódia do veículo leilado, descaracterização do veículo (quando aplicável à modalidade de leilão do veículo), quitação e/ou desvinculação de débitos do veículo leilado, baixa ou transferência de propriedade do veículo;
  - 1.1.7. Atividades de fiscalização e controle do objeto da CONCESSÃO; e
  - 1.1.8. Serviços e rotinas disponibilizadas ao CIDADÃO-USUÁRIO pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.2. A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO é definida como módulo da PLATAFORMA TECNOLÓGICA que gere os processos descritos nos itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.7. e 1.1.8.

- 1.3. A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS é definida como módulo da PLATAFORMA TECNOLÓGICA que gere os processos descritos nos itens 1.1.3, 1.1.4, 1.1.5, 1.1.6, 1.1.7 e 1.1.8.
- 1.4. A PLATAFORMA TECNOLÓGICA é o conjunto de soluções tecnológicas fornecido pela CONCESSIONÁRIA, constituído por softwares, hardwares, APIs, banco de dados, serviços e rotinas de integração com outros sistemas do PODER CONCEDENTE, serviços de telecomunicação e rastreamento, e demais componentes necessários para atender todos os requisitos técnicos e funcionais descritos neste anexo.

## **2. DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA A IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA:**

- 2.1. São premissas para a PLATAFORMA TECNOLÓGICA:
  - 2.1.1. Consistência e segurança dos dados e informações geridos pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
  - 2.1.2. Disponibilidade dos sistemas, serviços e funcionalidades que a contemplam 24 (vinte e quatro) horas por dia ao longo do prazo da CONCESSÃO.
  - 2.1.3. Facilidade de acesso em qualquer meio em que ela for disponibilizada, inclusive para os serviços e rotinas criados para o CIDADÃO-USUÁRIO.
  - 2.1.4. Aderência total ao arcabouço normativo vigente ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO.
  - 2.1.5. Integração plena com outras soluções e plataformas tecnológicas indicadas pelo PODER CONCEDENTE.
  - 2.1.6. Atualização tecnológica dos sistemas, banco de dados, serviços e demais componentes estruturais e de comunicação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
  - 2.1.7. Aderência aos padrões e políticas de arquitetura de Tecnologia da Informação adotados pelo PODER CONCEDENTE.
- 2.2. A contratada deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE o licenciamento, não exclusivo, e a cessão de direito de uso definitivo (perpétuo), da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.3. A PLATAFORMA TECNOLÓGICA não inclui a cessão do código fonte dos sistemas que ela contempla ao PODER CONCEDENTE. No entanto, para efeito de garantia de continuidade dos processos de trabalho descritos no item 1.1 dependentes de sistemas, a CONTRATADA deverá deixar disponível o código fonte dos sistemas e de suas atualizações até o término de vigência do CONTRATO, seja por entrega direta à custódia do PODER CONCEDENTE, seja por garantia de acesso ao código fonte custodiado por fiel depositário.

2.3.1. No caso de fatos supervenientes, que redundem em descontinuidade da manutenção e atualização da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, o PODER CONCEDENTE ficará autorizado, por prazo indeterminado, a utilizar o código fonte dos sistemas e de suas atualizações e a fazer as modificações necessárias à continuidade de seus processos de trabalho suportados pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.3.2. Os fatos supervenientes incluem, por exemplo:

2.3.2.1. Falência da CONCESSIONÁRIA ou do(s) fabricante(s) dos sistemas que compõem a PLATAFORMA TECNOLÓGICA;

2.3.2.2. Descontinuidade dos sistemas, banco de dados, serviços e demais componentes estruturais e de comunicação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, fornecidos pela CONCESSIONÁRIA ou do(s) fabricante(s).

2.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer documento assinado pelo fabricante(s) de sistema(s), serviço(s) e/ou componente(s), autorizando a sua instalação nos ambientes do PODER CONCEDENTE, bem como, as mídias de instalação em CD, DVD, pendrive ou URL para download.

2.3.4. A CONCESSIONÁRIA efetuará o licenciamento da PLATAFORMA TECNOLÓGICA ao PODER CONCEDENTE com todos os módulos necessários para atender os processos de trabalho.

2.3.5. O PODER CONCEDENTE poderá cadastrar na PLATAFORMA TECNOLÓGICA número ilimitado de USUÁRIOS DE SISTEMA que possuam os seguintes perfis:

2.3.5.1. Perfil Administrador: perfil de USUÁRIO DE SISTEMA com permissão de criação e

manutenção de usuários, monitoramento de logs e trilhas de auditoria, atualização e consulta das parametrizações de todos os processos de trabalho.

2.3.5.2. Perfil Operacional: perfil de USUÁRIO DE SISTEMA com permissão de execução das rotinas operacionais de todos os processos de trabalho, seja atualização ou consulta, respeitando as permissões de acesso previamente definidas.

2.3.5.3. Perfil Consulta: perfil de USUÁRIO DE SISTEMA com permissão para consulta às informações de todos os processos de trabalho e trilhas de auditoria, respeitando as permissões de acesso previamente definidas.

2.3.6. O licenciamento da PLATAFORMA TECNOLÓGICA deverá englobar durante toda a vigência da CONCESSÃO:

2.3.6.1. Manutenção corretiva para as funcionalidades e serviços da PLATAFORMA TECNOLÓGICA que apresentem falha operacional e/ou técnica;

2.3.6.2. Manutenção legal para as funcionalidades e serviços da PLATAFORMA TECNOLÓGICA com vistas a garantir a conformidade com a legislação vigente, durante toda a vigência do CONTRATO.

2.3.6.3. Disponibilização de acesso ao PODER CONCEDENTE à documentação técnica original, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, instalação e atualização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.3.6.4. Disponibilização de acesso ao PODER CONCEDENTE ao download das correções, atualizações e novas versões dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

- 2.3.7. As licenças fornecidas poderão ser destinadas a colaboradores do PODER CONCEDENTE ou qualquer pessoa autorizada por ele.
- 2.3.8. O PODER CONCEDENTE terá o direito de utilizar as licenças fornecidas pela CONCESSIONÁRIA em seus ambientes de desenvolvimento, homologação, produção e contingência.
- 2.3.9. Caso a CONCESSIONÁRIA ou fabricante de sistema ou qualquer outro componente da PLATAFORMA TECNOLÓGICA deixe de suportar evoluções, ou altere significativamente sua arquitetura a ponto de forçar um processo de migração, ainda sim, a CONCESSIONÁRIA deve provê-la ao PODER CONCEDENTE, sendo responsável pelas manutenções corretivas e legal durante toda a vigência da CONCESSÃO.
- 2.3.10. A CONCESSIONÁRIA deve garantir, durante a vigência contratual, a compatibilidade dos sistemas e de seus componentes com o sistema operacional, banco de dados e todos os demais elementos de infraestrutura definidos no Plano de Implantação da ETAPA 2.
- 2.4. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA realizar e apresentar para aceite do PODER CONCEDENTE o plano de implantação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA no prazo descrito no CADERNO DE ENCARGOS.
- 2.4.1. O plano de implantação deve conter, no mínimo, os seguintes temas:
- 2.4.1.1. Descrição completa da arquitetura tecnológica que suportará a PLATAFORMA TECNOLÓGICA, contendo o dimensionamento preliminar da infraestrutura tecnológica para sua instalação e operacionalização, considerando os ambientes do PODER CONCEDENTE e da própria CONCESSIONÁRIA;
- 2.4.1.2. Estratégias de atendimento aos requisitos técnicos e funcionais previstos para a PLATAFORMA TECNOLÓGICA;

- 2.4.1.3. Estratégia de capacitação de USUÁRIOS DE SISTEMA do PODER CONCEDENTE e da própria CONCESSIONÁRIA;
  - 2.4.1.4. Estratégia de contingência de sistemas e serviços da PLATAFORMA TECNOLÓGICA;
  - 2.4.1.5. Estratégias de integração da PLATAFORMA TECNOLÓGICA com soluções do PODER CONCEDENTE ou com sistemas externos;
  - 2.4.1.6. Descrição da equipe técnica da CONCESSIONÁRIA que executará as atividades de implantação e sustentação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, sendo necessário prever, no mínimo, os seguintes gestores na equipe técnica:
    - a) Gerente geral da PLATAFORMA TECNOLÓGICA;
    - b) Coordenador de Infraestrutura Tecnológica;
    - c) Coordenador de banco de dados;
    - d) Coordenador de segurança de dados;
    - e) Coordenador de Suporte Técnico aos USUÁRIOS DE SISTEMAS e CIDADÃO-USUÁRIO;
    - f) Coordenador de manutenção corretiva e legal.
  - 2.4.1.7. Planejamento detalhado da implantação e sustentação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, incluindo cronograma, do desenvolvimento, customização, homologação (testes), instalação e preparação de ambientes, capacitação de USUÁRIOS DE SISTEMAS e CIDADÃO-USUÁRIO, bem como da operação assistida necessária para mitigar falhas e erros na operacionalização da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
- 2.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer o dimensionamento definitivo da infraestrutura tecnológica, para validação final e aprovação do PODER CONCEDENTE, 90 (noventa) dias antes do início da operacionalização da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
- 2.4.3. O cronograma destacado no item 2.4.1.4 deve obedecer aos prazos determinados no CADERNO DE ENCARGOS.

- 2.4.4. O período de operação assistida descrito no item 2.4.1.7 será de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada em operação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, quando ocorrerá o acompanhamento pela CONCESSIONÁRIA, nas dependências do PODER CONCEDENTE, da utilização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
- 2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá revisar e atualizar mensalmente o Plano de Implantação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA até o término do prazo de operação assistida, remetendo o plano atualizado para aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 2.6. O PODER CONCEDENTE alocará responsável(is) para acompanhar a execução do plano de implantação junto à equipe da CONCESSIONÁRIA.
- 2.7. Para realizar a homologação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, cabe à CONCESSIONÁRIA preparar o ambiente de homologação e elaborar Plano de Testes considerando os seguintes cenários:
- 2.7.1. Testes unitários, os quais têm como objetivo verificar cada unidade que compõe a PLATAFORMA TECNOLÓGICA, isoladamente, para determinar se cada uma delas realiza o que foi especificado. A unidade é definida como um componente da PLATAFORMA TECNOLÓGICA que não pode ser dividido.
- 2.7.2. Testes integrados, os quais têm como objetivo verificar a consistência da integração entre as unidades.
- 2.7.3. Testes de regressão, os quais têm como objetivo aplicar as mudanças da etapa à versão mais recente da PLATAFORMA TECNOLÓGICA a fim de verificar se surgiram novos defeitos em unidades e componentes já testados.
- 2.7.4. Testes de performance, os quais têm como objetivo verificar a capacidade de resposta, robustez, disponibilidade, confiabilidade e escalabilidade da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, conforme a quantidade de conexões e acessos simultâneos, avaliando seu desempenho em alta carga de trabalho e considerando seu comportamento em circunstâncias normais de operação.
- 2.8. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA apoiar os USUÁRIOS DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE no processo de



homologação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, orientando, supervisionando e dirimindo dúvidas quanto à execução dos testes, bem como, corrigir todas as desconformidades identificadas neste processo.

2.9. A CONCESSIONÁRIA prestará o serviço de treinamento aos USUÁRIOS DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE, bem como, para sua própria equipe, por meio da confecção de manuais de utilização, elaboração de treinamentos presenciais e a distância (aulas síncronas e/ou assíncronas), videoaulas e outros materiais que possam assegurar a transferência de conhecimentos acerca da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.9.1. Todo material de treinamento elaborado pela CONCESSIONÁRIA deve ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE antes de sua disponibilização ao USUÁRIO DE SISTEMAS e CIDADÃO-USUÁRIO.

2.9.2. É obrigação da CONCESSIONÁRIA manter o material de treinamento sempre atualizado com as funcionalidades existentes na PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.9.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar o serviço de treinamento sempre demandado pelo PODER CONCEDENTE.

2.9.4. Os treinamentos serão realizados utilizando o ambiente computacional do PODER CONCEDENTE.

2.9.5. A CONCESSIONÁRIA deverá executar ao final dos treinamentos:

2.9.5.1. Avaliações de aproveitamento de cada um dos participantes;

2.9.5.2. Emissão e entrega de certificados de realização de treinamento aos participantes;

2.9.5.3. Elaboração de relatório dos treinamentos efetuados contendo, e não se limitando, os resultados das avaliações de aproveitamento dos participantes ao PODER CONCEDENTE.

2.9.6. Todos os custos decorrentes dos serviços de treinamento serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, excetuando, os custos de deslocamentos, viagens, hospedagem e alimentação dos USUÁRIOS DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE.

2.10. O Manual de Utilização da PLATAFORMA TECNOLÓGICA deve ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA contemplando, no mínimo, os seguintes conteúdos:

2.10.1. Instruções de acesso aos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA;

2.10.2. Instruções para utilização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA pelos USUÁRIOS DE SISTEMAS, contendo orientações gerais, guia com o passo-a-passo das telas e instruções de preenchimento dos campos;

2.10.3. Procedimentos de abertura e acompanhamento de chamados de sustentação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, bem como os prazos de atendimento para os chamados abertos (SLA).

2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar os serviços de sustentação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA por meio de solução de abertura e gestão de chamados de suporte técnico fornecido ao PODER CONCEDENTE.

2.11.1. Todas as solicitações de serviços de sustentação deverão ser atendidas e registradas na solução de abertura e gestão de chamados de suporte técnico que conterà, no mínimo, os seguintes dados:

2.11.1.1. Número de identificação do chamado;

2.11.1.2. Data e hora de abertura do chamado;

2.11.1.3. Identificação do LOTE DE CONCESSÃO;

2.11.1.4. Origem do requerente do chamado, como por exemplo:

- a) USUÁRIO DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE - DETRAN-SP;
- b) USUÁRIO DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE - DER-SP;
- c) USUÁRIO DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE – CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA;
- d) USUÁRIO DE SISTEMAS do PODER CONCEDENTE – AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO
- e) USUÁRIOS DE SISTEMAS da CONCESSIONÁRIA – PÁTIO X;

- f) CIDADÃO-USUÁRIO;
- g) Entre outros.

2.11.1.5. Localização contendo a identificação do município do requerente do chamado;

2.11.1.6. Nome completo, telefone e e-mail do requerente responsável pela abertura do chamado;

2.11.1.7. Título e descrição do problema ou incidente;

2.11.1.8. Indicação de Severidade do problema ou incidente, que só poderá ser alterada com a anuência do PODER CONCEDENTE, classificada em:

- a) Crítica: paralisação, impossibilidade de uso ou erro de um processo crítico suportado pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA que não possa ser interrompido ou sendo executado com erros por mais de 4 (quatro) horas, nem ser retomado ou corrigido diretamente pelo USUÁRIO DE SISTEMA ou CIDADÃO-USUÁRIO;
- b) Alta: paralisação, impossibilidade de uso ou erro de um processo suportado pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA, mas que possa ficar interrompido ou sendo executado com erros até que seja corrigido.
- c) Média: paralisação, impossibilidade de uso ou erro de um processo suportado pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA, mas que possa ser contornado temporariamente pelo USUÁRIO DE SISTEMAS, impactando o seu trabalho, mas não o impossibilitando.
- d) Baixa: chamados de sustentação que não foram classificados nas outras severidades, ou seja, que não causaram paralisação, impossibilidade de uso ou erro de processo suportado pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

2.11.1.9. Técnico ou grupo de técnicos designados para atender o chamado;

- 2.11.1.10. Acompanhamentos sobre o andamento do chamado;
  - 2.11.1.11. Evidências de testes e aprovações para a resolução do chamado;
  - 2.11.1.12. Data e hora da solução;
  - 2.11.1.13. Documentação da solução;
  - 2.11.1.14. Chamados relacionados, quando houver.
- 2.11.2. Em casos excepcionais, na eventual indisponibilidade da solução de abertura e gestão de chamados de suporte técnico, o PODER CONCEDENTE solicitará os serviços de sustentação por telefone ou e-mail, ficando para a CONCESSIONÁRIA o registro e atualização do chamado quando do retorno da disponibilidade da solução.
- 2.11.3. Não haverá limite para a quantidade de chamados de sustentação que poderão ser solicitados à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE.
- 2.11.4. A CONCESSIONÁRIA prestará o serviço de sustentação remotamente ou localmente (nos casos em que não for possível a resolução do chamado de forma remota), sendo que o serviço prestado localmente não gerará ônus ao PODER CONCEDENTE.
- 2.11.5. Os chamados de sustentação devem ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA nos tempos indicados a seguir:

<b>Severidade</b>	<b>Tempo para Resolução (contados a partir da data/hora de abertura do chamado)</b>
Crítica	até 4 (quatro) horas
Alta	até 12 (doze) horas
Média	até 24 (vinte e quatro) horas
Baixa	até 48 (quarenta e oito) horas

- 2.11.5.1. A meta de resolução no prazo dos chamados é de 100% para os chamados de severidade

crítica, 90% para os demais tipos de severidades.

2.11.5.2. Durante o período de operação assistida o prazo de resolução dos chamados será o dobro do estabelecido no item 2.11.5.

2.11.6. A apuração das metas do serviço de sustentação iniciará após a entrada em operação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, sendo realizada mensalmente pela CONCESSIONÁRIA que reportará ao PODER CONCEDENTE no mês subsequente.

2.11.6.1. Serão considerados como não resolvidos no prazo todos os chamados de sustentação que tenham sido fechados em prazo superior ao estabelecido no item 2.11.5, ou que estejam em aberto na data de apuração das metas de serviço.

2.11.6.2. Todos os chamados de sustentação que não forem resolvidos dentro do prazo estabelecido no item 2.11.5, serão nomeados para acompanhamento individual no backlog de chamados de sustentação e terão que ser resolvidos pela CONCESSIONÁRIA nos prazos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE, individualmente para cada chamado.

2.11.6.3. Não sendo resolvidos estes chamados de sustentação dentro dos prazos estipulados, será estipulado um novo prazo pelo PODER CONCEDENTE, e a CONCESSIONÁRIA poderá sofrer processo administrativo punitivo.

2.12. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar o serviço de manutenção evolutiva da PLATAFORMA TECNOLÓGICA com o objetivo de implementar novas funcionalidades e serviços, ou alteração de funcionalidades existentes em função de novos requisitos funcionais, integrações e adequações legais, durante a vigência contratual.

2.12.1. No caso de solicitação de novas funcionalidades e serviços na PLATAFORMA TECNOLÓGICA pelo PODER CONCEDENTE que não decorram de adequações legais, a CONCESSIONÁRIA realizará estudo e orçamento prévio dos investimentos para a implantação que serão objeto de aprovação do PODER CONCEDENTE. Uma vez aprovado

pelo PODER CONCEDENTE, o investimento será dividido proporcionalmente para cada LOTE com base no VALOR DO CONTRATO e deduzido do próximo pagamento da OUTORGA VARIÁVEL do LOTE.

- 2.12.2. No caso de solicitação de alteração de funcionalidades e serviços existentes na PLATAFORMA TECNOLÓGICA, o investimento será realizado integralmente pela CONCESSIONÁRIA, e disponibilizado sem ônus ao PODER CONCEDENTE.
- 2.12.3. Todas as solicitações de manutenção evolutiva da PLATAFORMA TECNOLÓGICA deverão ser homologadas pelo PODER CONCEDENTE. Uma vez homologada, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE estabelecerão em conjunto o plano e cronograma da entrada em produção.
- 2.13. O PODER CONCEDENTE facultará à CONCESSIONÁRIA montar a sua equipe de implantação, sustentação e manutenção da PLATAFORMA TECNOLÓGICA conforme for mais adequado, cabendo-lhe dispor de profissionais qualificados para prestar os serviços demandados, respeitando os requerimentos mínimos de governança estabelecidos no item 2.4.1.6.
  - 2.13.1. Por questões de segurança, todo o profissional que a CONCESSIONÁRIA utilizar para atender o PODER CONCEDENTE deverá ser identificado por ela para que o PODER CONCEDENTE possa lhe atribuir os acessos às suas dependências e ambiente computacional.
  - 2.13.2. A CONCESSIONÁRIA e seus profissionais deverão observar as políticas de segurança da informação aplicada pelo PODER CONCEDENTE.
  - 2.13.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, solicitar a substituição de profissionais da equipe de implantação, sustentação e manutenção da PLATAFORMA TECNOLÓGICA à CONCESSIONÁRIA.
  - 2.13.4. Caberá à CONCESSIONÁRIA responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, bem como responder pelos danos comprovadamente causados

ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução dos serviços de implantação, sustentação e manutenção da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

### 3. REQUISITOS TÉCNICOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA:

Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
RT001	Construção Técnica	Permitir que os sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA possam ser instalados em servidores com qualquer número de processadores e núcleos de processadores (multi-core).
RT002	Construção Técnica	Possuir infraestrutura segmentada, permitindo a coexistência de diferentes plataformas (de sistema operacional e hardware) em cada camada de distribuição dos sistemas (camadas cliente, aplicação e banco de dados), possibilitando minimizar os licenciamentos individuais e evitar a necessidade de ampliação dos componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA como um todo.
RT003	Construção Técnica	Utilizar o TCP/IP como protocolo básico de comunicação entre as camadas da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT004	Construção Técnica	Suportar a parametrização de portas TCP utilizadas pelo SISTEMA.
RT005	Construção Técnica	Possuir arquitetura que permita às estações de trabalho executarem sempre a última versão da PLATAFORMA TECNOLÓGICA disponível e que para isso não sejam necessários procedimentos manuais.
RT006	Construção Técnica	Permitir o reporte de erros no servidor através de arquivos de <i>log</i> .
RT007	Construção Técnica	Suportar servidores com arquitetura padrão x86 de, no mínimo, núcleo quádruplo ( <i>quad core</i> ).
RT008	Construção Técnica	Possuir ferramenta de administração de todo os sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT009	Construção Técnica	Permitir a existência de múltiplos administradores.
RT010	Construção Técnica	Permitir a implementação de múltiplos ambientes (ambiente de desenvolvimento, ambiente de homologação, ambiente de produção e ambiente de contingência), simultâneos e independentes.
RT011	Construção Técnica	Não utilizar tecnologia de Applets Java ou ActiveX na interface Web dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, caso seja acessado por um navegador.
RT012	Construção Técnica	Permitir parametrização de menus, telas e relatórios.
RT013	Construção Funcional	Permitir o uso de estrutura de multiempresa (agências e fundos de avais).
RT014	Construção Funcional	Permitir o uso de multimoeda em campos monetários.



Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
RT015	Construção Funcional	Permitir consultas referentes aos parâmetros e regras de negócio inseridos nos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT016	Construção Funcional	Permitir a anexação de documentos em formato eletrônico.
RT017	Disponibilidade/ Escalabilidade	Permitir que a PLATAFORMA TECNOLÓGICA seja executado em ambiente de cluster, com tolerância a falhas dos servidores, sem perda do estado das transações em andamento.
RT018	<i>Backup/ Restore</i>	Após uma falha nos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, a última informação que foi gravada deve estar disponível para o usuário.
RT019	Eficiência/ Performance	Ser executado (os sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA) em ambientes com mecanismo de balanceamento de carga entre servidores de aplicação.
RT020	Confiabilidade/ Integridade	Garantir que os dados da PLATAFORMA TECNOLÓGICA sejam consistentes e íntegros.
RT021	Confiabilidade/ Integridade	Utilizar transações garantindo a integridade dos dados.
RT022	Confiabilidade/ Integridade	Persistir o estado de uma sessão do USUÁRIO DE SISTEMA de forma a evitar a perda de informações em caso de falhas do servidor.
RT023	Confiabilidade/ Integridade	Garantir que os dados exportados pela PLATAFORMA TECNOLÓGICA sejam consistentes.
RT024	Segurança	Permitir conexões baseadas em HTTPS.
RT025	Segurança	Suportar os padrões de segurança SSL/TLS.
RT026	Segurança	Criptografar as senhas dos USUÁRIOS DE SISTEMA, nos casos de usuários não autenticados via LDAP.
RT027	Segurança	Permitir criptografia não reversível para proteção de senhas, com utilização de algoritmos de domínio público.
RT028	Segurança	Permitir criptografia das informações que trafegarem entre servidor de aplicação e cliente.
RT029	Segurança	Permitir criptografia das informações que trafegarem entre servidor de aplicação e banco de dados.
RT030	Segurança	Permitir criptografia da comunicação com servidores LDAP.
RT031	Segurança	Possuir identificação única para cada USUÁRIO DE SISTEMA, por meio de login e senha.
RT032	Segurança	Permitir que os USUÁRIOS DE SISTEMA já autenticados em domínio Microsoft Windows tenham acesso aos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA sem a necessidade de reautenticação.
RT033	Segurança	Permitir efetuar logon no sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, utilizando o usuário de logon na rede, sem a



Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
		necessidade do USUÁRIO DE SISTEMA informar novamente suas credenciais.
RT034	Segurança	Permitir <i>logout</i> explícito através da interface do cliente.
RT035	Segurança	Permitir autorização baseada em perfis. O perfil deverá definir quais informações o usuário poderá ter acesso e que tipo de transações poderá executar sobre as mesmas, por ex.: inclusão, exclusão, edição, impressão, restrição de campos, menus, botões, <i>frames</i> e telas.
RT036	Segurança	Permitir definição de políticas com relação à utilização de senhas (histórico, bloqueio de contas, alteração forçada no primeiro login) através da interface gráfica da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT037	Segurança	Suportar, na política de senhas, regras como: expiração de senha depois de determinado número de dias, tempo mínimo para <i>reset</i> de senha, regras de composição e de tamanho mínimo de senhas de USUÁRIOS DE SISTEMA.
RT038	Segurança	Permitir o bloqueio manual do USUÁRIO DE SISTEMA a qualquer momento.
RT039	Segurança	Permitir que um USUÁRIO DE SISTEMA tenha diferentes perfis na PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT040	Segurança	Permitir a atribuição de uma senha inicial no momento da criação de um novo USUÁRIO DE SISTEMA.
RT041	Segurança	Permitir que o USUÁRIO DE SISTEMA final administre suas senhas (nos casos de usuários não autenticados via LDAP) e preferências, sem precisar do auxílio de administradores.
RT042	Segurança	Permitir registro e bloqueio automático de acesso de USUÁRIO DE SISTEMA aos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, para os casos em que tenha sido excedido o número limite de tentativas de acesso, de forma parametrizável, nos casos de usuários não autenticados via LDAP.
RT043	Segurança	Permitir a inserção de informações descritivas sobre os perfis criados.
RT044	Segurança	Permitir que as alterações nas permissões de um perfil sejam feitas através da interface gráfica da ferramenta, sem a necessidade de programação ou <i>scriptings</i> .
RT045	Segurança	Fornecer telas para recuperação ou <i>reset</i> de senhas mediante questionário (desafio/resposta), nos casos de usuários não autenticados via LDAP.
RT046	Segurança	Possuir pelo menos os seguintes relatórios: USUÁRIOS DE SISTEMA associados aos Perfis Privilegios associados aos Perfis
RT047	Segurança	Permitir o controle de acesso por USUÁRIO DE SISTEMA.

Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
RT048	Segurança	Permitir visualização, para o USUÁRIO DE SISTEMA, apenas das informações e funcionalidades autorizadas, de acordo com os perfis estabelecidos pelos administradores da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT049	Manutenibilidade	Fornecer documentação técnica atualizada com instruções completas da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, em meio eletrônico, contendo informações detalhadas sobre a instalação, configuração, operação e administração dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, incluindo o modelo Entidade Relacionamento, dicionário de dados e especificação das funcionalidades e parâmetros.
RT050	Manutenibilidade	Prover mecanismo de preservação das parametrizações e customizações em atualizações de versões dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT051	Manutenibilidade	Garantir a migração (exportação e importação) de todos os perfis de usuários, no caso de instalação de novas versões ou de atualização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT052	Manutenibilidade	Possuir mecanismos para customização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA via API ou outro recurso técnico.
RT053	Portabilidade	Suportar sistema operacional <i>Microsoft Windows</i> versões 2012 R2, ou superior, nos servidores.
RT054	Portabilidade	Suportar o SGBD <i>Oracle</i> a partir da versão 12c ou SQL Server a partir da versão 2012 R2.
RT055	Portabilidade	Permitir utilização em plataforma 64 <i>bits</i> .
RT056	Portabilidade	Permitir que os sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA sejam executados em ambientes virtualizados.
RT057	Interoperabilidade/ Reusabilidade	Permitir que funcionalidades da PLATAFORMA TECNOLÓGICA sejam expostas através de padrões abertos, incluindo Web Services, para que haja externalização da lógica de negócio, permitindo a integração tanto síncrona como assíncrona com aplicativos externos.
RT058	Interoperabilidade/ Reusabilidade	Permitir envio de e-mails via PLATAFORMA TECNOLÓGICA, utilizando o protocolo SMTP, com autenticação.
RT059	Modularidade	Permitir a implantação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA em etapas, de acordo com prioridades estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE.
RT060	Usabilidade	Possuir interface no idioma Português (Brasil).
RT061	Usabilidade	Disponibilizar interface gráfica para utilização dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA pelos USUÁRIOS DE SISTEMA.

Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
RT062	Usabilidade	Ser multiusuário permitindo a utilização simultânea da mesma funcionalidade.
RT063	Usabilidade	Fornecer mensagens de erro concisas e na linguagem do USUÁRIO DE SISTEMA, que descrevam claramente o problema e o que precisa ser feito para corrigi-lo.
RT064	Usabilidade	Fornecer aviso e solicitar confirmação de ações que não podem ser desfeitas, como por exemplo a exclusão de um determinado cadastro.
RT065	Auditoria	Permitir gravação automática de trilhas de auditoria para todos os eventos realizados nos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA. Deve ser possível a parametrização dos eventos que serão auditados. E deve-se manter no mínimo: - Data e hora de início e fim do evento; - Tipo de evento; - Nome do USUÁRIO DE SISTEMA; - Dados que foram alterados.
RT066	Auditoria	Permitir consultar as trilhas de auditoria dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT067	Geração de Relatórios	Permitir a geração de relatórios personalizados pelo USUÁRIO DE SISTEMA através dos sistemas, serviços e componentes da PLATAFORMA TECNOLÓGICA, com a opção de criar filtros de pesquisa.
RT068	Geração de Relatórios	Permitir exportar os resultados e relatórios para, no mínimo, os formatos XLSX e TXT.
RT069	Geração de Relatórios	Exibir as informações em tela para o USUÁRIO DE SISTEMA antes de sua impressão.
RT070	Geração de Relatórios	Permitir o agendamento da geração de relatórios das rotinas diária e mensal e do envio de notificação via e-mail para os USUÁRIOS DE SISTEMA.
RT071	Workflow	Disponibilizar ferramenta para trâmite de informações e aprovações integrada à PLATAFORMA TECNOLÓGICA, com possibilidade de anexar documentos.
RT072	Workflow	Permitir configurar fluxos de trabalho que acionem funcionalidades da PLATAFORMA TECNOLÓGICA e que os fluxos de trabalho possam ser disparados quando da execução de uma dada funcionalidade.
RT073	Workflow	Permitir configurar alertas e mensagens emitidas ao USUÁRIO DE SISTEMA.
RT074	Workflow	Permitir que os fluxos de trabalho definidos sejam alterados, sem a necessidade de intervenção da equipe da CONCESSIONÁRIA que sustenta e mantém a PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
RT075	Workflow	Permitir programar eventos de negócio, emitindo automaticamente alertas aos USUÁRIOS DE SISTEMA.

Id Requisito	Tipo	Descrição do Requisito
RT076	Workflow	Emitir avisos e alertas de atividades a serem realizadas, ou próximas do decurso do prazo para execução da atividade.
RT077	Workflow	Permitir que as notificações a serem enviadas aos USUÁRIOS DE SISTEMA em determinados eventos possam ser geradas via e-mail.
RT078	Workflow	Disponibilizar lista de tarefas do USUÁRIO DE SISTEMA, permitindo sua interação em cada tarefa.
RT079	Workflow	Sinalizar tarefas em atraso.
RT080	Workflow	Permitir que um fluxo de trabalho possa conter múltiplas ramificações (caminhos alternativos) baseadas em algum critério de decisão durante o processo de execução.
RT081	Workflow	Permitir que um fluxo de trabalho invoque outro fluxo.
RT082	Workflow	Permitir a construção de fluxos de trabalho com, no mínimo, padrões de tarefas em série, paralelo, delegação e escalonamento automático.
RT083	Workflow	Permitir a alocação manual de tarefas dos fluxos de trabalho por USUÁRIOS DE SISTEMA autorizados.
RT084	Workflow	Permitir a alocação automática de tarefas com base em calendário.
RT085	Workflow	Permitir anexar arquivos e documentos junto ao fluxo de trabalho, no mínimo nos formatos DOCX, XLSX, PDF, JPG e GIF.
RT086	Workflow	Permitir medição de tempo entre atividades.
RT087	Workflow	Identificar as tarefas que esperam recursos específicos e localizar tempos excessivos de espera.
RT088	Workflow	Permitir atribuição dinâmica de USUÁRIO DE SISTEMA, permitindo que em uma etapa seja definido o responsável pela execução da próxima etapa do fluxo.
RT089	Workflow	Permitir a re-atribuição manual e simultânea de múltiplos itens de trabalho e tarefas pendentes para outros USUÁRIOS DE SISTEMA.
RT090	Workflow	Permitir o roteamento dinâmico de tarefas com base em informações providas pelo usuário em tempo de execução.

#### 4. REQUISITOS FUNCIONAIS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA:

Id Requisito	Processo	Descrição do Requisito
RF001	Recolhimento de veículo	Fornecer SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO para solicitação de equipamento de recolhimento para as OPERAÇÕES DE TRÂNSITO e para comunicação das OPERAÇÕES PROGRAMADAS, único para os dois ÓRGÃOS DE TRÂNSITO, com a indicação de:

Id Requisito	Processo	Descrição do Requisito
		identificação do órgão ou ente conveniente que está realizando a OPERAÇÃO; nome da operação; endereço da operação; hora e local da operação; previsão de quantidade e tipo de veículos a serem removidos; previsão de duração da operação; quantidade de veículos a serem removidos simultaneamente; dados do demandante com identificação e dados do responsável que solicitou a operação; dados do USUÁRIO DE SISTEMA que registrou a abertura do chamado incluindo data e hora de cadastramento.
RF002	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deve identificar o PÁTIO mais próximo do local da OPERAÇÃO DE TRÂNSITO e com disponibilidade de recebimento dos veículos removidos e deverá conter registro de ocorrências, acessos, inclusive, de confirmação do recebimento e leitura da CONCESSIONÁRIA.
RF003	Recolhimento de veículo	O ÓRGÃO DE TRÂNSITO deverá receber registro da comunicação entre o AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO e a CONCESSIONÁRIA por meio de funcionalidade disponível na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO e por serviço de mensageria eletrônica de WhatsApp, SMS ou aplicativo, número de telefone 0800 dedicado.
RF004	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deverá rodar em dispositivos móveis e computadores permitindo o uso do AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO e operadores de recolhimento da CONCESSIONÁRIA.
RF005	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deverá ter funcionalidade para a CONCESSIONÁRIA informar o(s) equipamento(s) de recolhimento que fará(ão) o(s) SERVIÇO(S) DE RECOLHIMENTO: placa do equipamento de recolhimento e nome do operador.
RF006	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deverá ter funcionalidade para o AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO conferir os dados dos operadores e equipamentos de recolhimento no local da operação.
RF007	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deverá ter funcionalidade para substituição do operador e equipamento de recolhimento enviado pela CONCESSIONÁRIA para realizar a operação.
RF008	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO deverá ter funcionalidade para controle dos tempos de chegada e atendimento do operador e equipamento de recolhimento da CONCESSIONÁRIA para fins de mensuração de desempenho.

Id Requisito	Processo	Descrição do Requisito
RF009	Recolhimento de veículo	Fornecer SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para a realização do controle e gestão do prontuário dos veículos recolhidos e em custódia dos PÁTIOS.
RF010	Recolhimento de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para que o operador de recolhimento da CONCESSIONÁRIA possa inserir dados e imagens sobre o veículo recolhido que serão adicionados ao prontuário do veículo com indicação do evento, data, hora e usuário que realizou o registro, bem como, registros de observações que sejam necessárias sobre o veículo não observadas pelo AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO. A funcionalidade direcionada ao operador de recolhimento deve estar disponível no local da operação, de forma on-line e off-line, com atualização do pré-cadastro e prontuário disponíveis na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS.
RF011	Recolhimento de veículo	Prover meios de comunicação para a CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR, AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO e ÓRGÃO DE TRÂNSITO com a CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO DA CONCESSIONÁRIA via e-mail com endereço exclusivo para este serviço, mensageria eletrônica de WhatsApp, SMS ou aplicativo, número de telefone 0800 dedicado, ou ainda, por funcionalidade de disponível na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO.
RF012	Custódia de veículo	Fornecer SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para uso nos seus PÁTIOS, garantindo a alta disponibilidade da solução, 24 horas por dia e em todos os dias da semana.
RF013	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deverá possibilitar o registro da data e horário em que o veículo recolhido entrou no PÁTIO, o qual deve ocorrer até o final do expediente do dia útil seguinte ao do seu recolhimento no local da OPERAÇÃO.
RF014	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS conterá validação de preenchimento de dados, inclusive se utilizando de padronização e integração com outros sistemas, de forma a não possibilitar o cadastro parcial e incorreto de dados do veículo recolhido.
RF015	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS conterá funcionalidade para a inserção de fotos dos veículos na inspeção inicial de ingresso ao PÁTIO, cujas fotos serão adicionadas ao prontuário do veículo com indicação do evento, data, hora e usuário que realizou o registro, bem como, registros de observações que sejam necessárias sobre o veículo, as condições de sua chegada não observadas pelo AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO e/ou operador de recolhimento.
RF016	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS também conterá funcionalidade para o registro da transferência



Id Requisito	Processo	Descrição do Requisito
		de veículo de um PÁTIO para outro com indicação do evento, pátio de destino, data, hora e usuário que realizou o registro, bem como, registros de observações que sejam necessárias sobre o veículo.
RF017	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deverá possibilitar anexar documentos referentes às notificações efetuadas ao CIDADÃO-USUÁRIO pelo PÁTIO e PODER CONCEDENTE.
RF018	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deverá ter integração com outros serviços de consultas a sistemas e serviços do PODER CONCEDENTE, em especial PRODESP e RENAJUD entre outros, para capturar informações sobre bloqueios e desbloqueios realizados nos veículos recolhidos, em razão de restrições judicial, policial ou administrativa.
RF019	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS proverá mecanismo de integração de dados do Auto de Inflação de Trânsito (AIT) e do Termo de Recolhimento do Veículo (TRV) com a SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para realização do pré-cadastro do recolhimento e custódia do veículo no PÁTIO.
RF020	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve manter a localização atualizada e transparente do veículo para o CIDADÃO-USUÁRIO, por meio de funcionalidade de consulta que informe o endereço do pátio, débitos existentes do veículo, taxa de liberação do veículo e estimativa de valor de tarifas de recolhimento e custódia até a data da consulta, assegurando o acesso aos dados e informações apenas para o CIDADÃO-USUÁRIO.
RF021	Custódia de veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve conter funcionalidade de confirmação do pré-cadastro e cadastro do veículo recolhido.
RF022	Restituição de Veículo	Prover funcionalidade de restituição de veículo na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para uso nos seus PÁTIOS. A funcionalidade deve possibilitar a adição de imagens e documentos no prontuário do veículo para consulta a qualquer tempo.
RF023	Restituição de Veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para calcular e informar o valor devido de TARIFAS pelo veículo a ser restituído ao CIDADÃO-USUÁRIO. A funcionalidade também deve buscar as informações sobre quitações de débitos de veículos junto ao sistema da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e outros sistemas e serviços. Deverá haver comunicação tempestiva do pagamento dos débitos de veículos pelo sistema bancário com o sistema da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
RF024	Restituição de Veículo	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para registrar o encerramento do prontuário do veículo na data de retirada pelo CIDADÃO-USUÁRIO, não permitindo o registro a

Id Requisito	Processo	Descrição do Requisito
		<i>posteriori</i> . O encerramento somente será permitido com a quitação dos débitos do veículo e das TARIFAS.
RF024	Restituição de Veículo	Disponibilizar serviços de consulta e pagamento no site da CONCESSIONÁRIA, ou em aplicativo mobile, da TARIFA DE RECOLHIMENTO e da TARIFA DE CUSTÓDIA do veículo recolhido, através de meios eletrônicos (Cartão de Crédito, PIX, Boletão, etc).
RF025	Notificação de Veículo	Registrar a notificação realizada na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS, inserindo documentos comprobatórios da notificação no prontuário do veículo em custódia pelo PÁTIO.
RF026	Preparação de Veículo para Leilão	Prover funcionalidade na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para consulta e relatório com identificação analítica dos veículos em custódia aptos à leilão – prazo de custódia superior a 60 dias. A solução deve identificar os veículos com restrição judicial ou policial, registro de gravames financeiros; débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, identificando os respectivos credores.
RF027	Preparação de Veículo para Leilão	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade de solicitação de leilão dos veículos para a CONCESSIONÁRIA, conforme estiverem aptos a serem levados a leilão. A solicitação deve ser autorizada pelo PODER CONCEDENTE com registro na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS.
RF028	Preparação de Veículo para Leilão	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para a realização do <i>upload</i> do laudo de avaliação do veículo a ser leiloado que ficará registrado no prontuário do veículo, contendo o evento, data e usuário que realizou o <i>upload</i> , bem como atualizando o status do veículo para informar que o mesmo está pronto para leilão.
RF029	Preparação de Veículo para Leilão	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para gerar automaticamente a minuta do Edital de Leilão e o Aviso de Leilão para agilizar a publicação pelo PODER CONCEDENTE. Somente os veículos com solicitação para leilão autorizada e sem restrições poderão ser relacionados nas minutas.
RF030	Prestação de Contas e Liberação do Veículo Arrematado	Prover funcionalidade na SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS para calcular os valores a serem ressarcidos a título de custos, despesas e tributos, conforme ordem de prevalência disposta no Art. 32 da Resolução CONTRAN 623/2016, dos veículos arrematados em leilão.
RF031	Prestação de Contas e Liberação do Veículo Arrematado	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para gerar as correspondências que serão enviadas aos proprietários dos veículos pelo ÓRGÃO DE TRÂNSITO.
RF032	Prestação de Contas e Liberação do Veículo Arrematado	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para registrar a retirada do veículo arrematado do PÁTIO.



<b>Id Requisito</b>	<b>Processo</b>	<b>Descrição do Requisito</b>
RF033	Prestação de Contas e Liberação do Veículo Arrematado	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para gerar relatórios com informações sobre os débitos dos veículos que deverão ser desvinculados.
RF033	Prestação de Contas e Liberação do Veículo Arrematado	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve ter funcionalidade para gerar relatórios com informações sobre os registros de comunicação de venda que deverão ser realizados pelo DETRAN-SP.
RF034	Gestão dos serviços	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve conter relatórios operacionais e gerenciais que possibilitem identificar o estoque de veículos em custódia, por pátio, lote, domínio, tipo de veículo, status do veículo, por período, entre outros argumentos de pesquisa que propiciam o processo de gestão dos serviços pelo PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
RF035	Gestão dos serviços	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve conter relatórios operacionais e gerenciais que possibilitem identificar a movimentação de veículos por pátio, lote, domínio, tipo de veículo, status do veículo, por período, entre outros argumentos de pesquisa que propiciam o processo de gestão dos serviços pelo PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
RF036	Gestão dos serviços	A SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS deve conter relatórios que possibilitem calcular os indicadores de desempenho da CONCESSIONÁRIA, por período.

## **5. DOS DEMAIS REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA:**

- 5.1. Além dos requisitos descritos anteriormente, a PLATAFORMA TECNOLÓGICA deve conter funcionalidade e serviços que atendam integralmente as previsões descritas no CADERNO DE ENCARGOS.
- 5.2. Os requisitos da PLATAFORMA TECNOLÓGICA serão objeto de validação durante a FASE 2, pelo PODER CONCEDENTE, visando garantir a operacionalidade e gestão dos serviços pela CONCESSIONÁRIA.
  - 5.2.1. Caso seja identificado requisito parcialmente atendido ou não implantado na PLATAFORMA TECNOLÓGICA, caberá ao PODER CONCEDENTE a decisão de postergar a implementação do requisito após a entrada em operação da PLATAFORMA TECNOLÓGICA.
  - 5.2.2. Caberá a CONCESSIONÁRIA estabelecer plano de implementação dos requisitos postergados pelo PODER CONCEDENTE, contendo as ações que serão realizadas e prazos para a sua implantação na PLATAFORMA TECNOLÓGICA.

- 5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às políticas de tecnologia da informação e comunicação do PODER CONCEDENTE vigentes ou estabelecidas durante o prazo da concessão.
- 5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá prover equipe técnica de desenvolvimento, suporte, manutenção evolutiva e corretiva com perfil adequado para atender ao PODER CONCEDENTE.